

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 11/Abr



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2759/2022



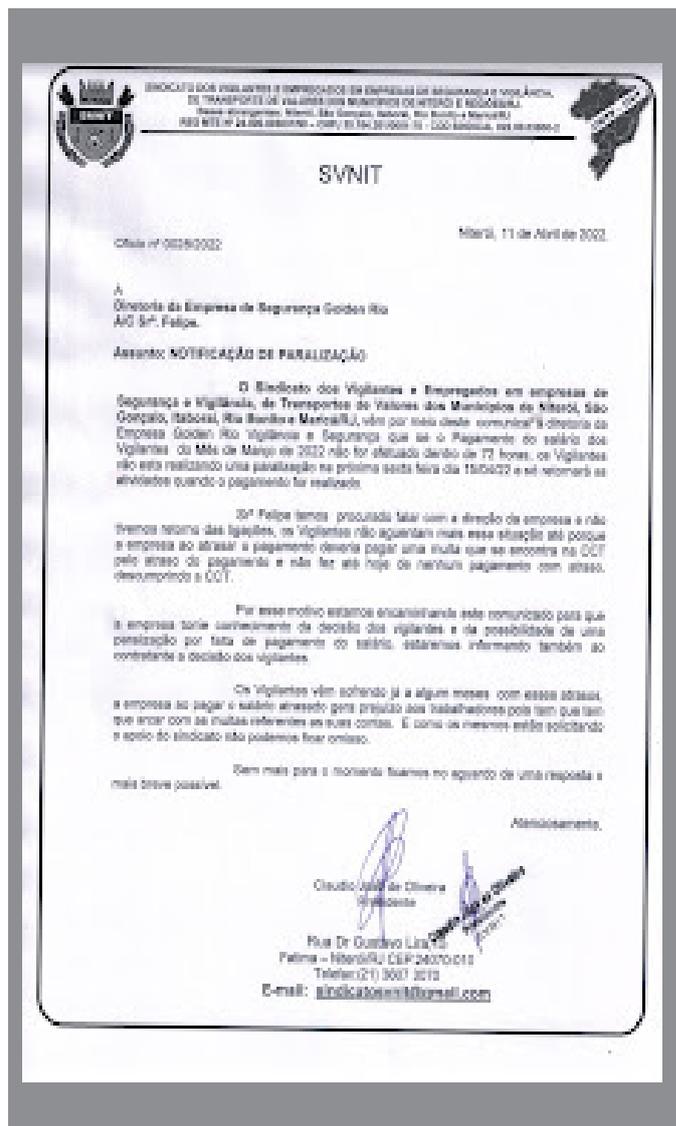
NITERÓI/RJ

Notificação de paralização dos Vigilantes da empresa Golden Rio em Maricá/RJ



O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões no dia de hoje 11/04/22 encaminhou ofício para a empresa Golden Rio notificando da possibilidade de paralisação no posto da prefeitura de Maricá/RJ no próximo dia 15/04/22, se o pagamento do salário do Mês de março de 2022 não for realizado.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.



Empresa é condenada por não fornecer água potável a vigilante

Ele tinha de levar água de casa.



Ministro Mauricio Godinho Delgado

Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a GP - Guarda Patrimonial de São Paulo Ltda., do Rio de Janeiro (RJ), ao pagamento de R\$ 4 mil a um vigilante por não fornecer água potável nos locais de serviço. Para o colegiado, o ato da empresa atentou contra a integridade física e psíquica do empregado.

Água

Na reclamação trabalhista, o vigilante afirmou que não havia água potável nos postos de trabalho e que permanecia exposto ao sol e à chuva, sem guarita ou infraestrutura mínima para que pudesse exercer suas atividades. Sem o fornecimento de água, o jeito, segundo ele, era trazer água de casa. Na avaliação do empregado, a empregadora demonstrara descaso e falta de consideração.

Aventura jurídica

Já a GP disse que não havia praticado nenhum ilícito e que a obrigação de provar o dano era do vigilante. A empresa qualificou como “aventura jurídica” a pretensão do empregado, “uma

manobra para enriquecer ilicitamente”.

Sem previsão legal

O juízo da 1ª Vara do Trabalho de Resende (RJ) e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região rejeitaram o pedido do empregado. Segundo o TRT, não seria possível concluir a ocorrência de violência de índole extrapatrimonial, e não existe a obrigação legal ou contratual de fornecimento de água pela empregadora.

Reparação

Todavia, para o relator do recurso do empregado, ministro Mauricio Godinho Delgado, as condições de trabalho a que se submeteu o trabalhador atentaram contra sua dignidade e sua integridade psíquica ou física, justificando a reparação moral. “O empregador deve tomar todas as medidas necessárias para prevenir o dano psicossocial ocasionado pelo trabalho”, ressaltou o ministro.

A decisão foi unânime. (RR/CF). Processo: RR-1926-07.2010.5.01.0521

FONTE: TST

Parem as privatizações da Eletrobras e Petrobras, pedem brasileiros

Maioria já sente na pele os efeitos da privatização e do desmonte das estatais e reprovam venda. Eles sabem que tese de que ‘tudo que é privado é bom’, disseminada pelo governo, é uma farsa, diz sindicalista

ALEX CAPUANO



A maioria dos brasileiros e brasileiras tem respondido positivamente às campanhas que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), seus sindicatos, federações e confederações vêm fazendo sobre os prejuízos que a privatização das estatais representa para o povo e para o País.

Fica claro que a maioria dos brasileiros entendeu o recado e é contrária a proposta do governo de Jair Bolsonaro (PL) de privatizar tudo que puder, afirmam o secretário de Comunicação da CUT Nacional, Roni Barbosa, e o diretor da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel), Ikarô Chaves, se referindo à pesquisa feita pelo PoderData deste mês.

Os dados mostram que 54% dos brasileiros

são contra a privatização da Petrobras e outros 56% contra a venda da Eletrobras.

Os percentuais de reprovação à venda das estatais, sempre acima de 50%, indicam que as campanhas em defesa das estatais, que incluem as rádios, emissoras de TV e internet, surtiram efeito, afirma Roni, que também é petroleiro.

A opinião pública está se conscientizando de que a privatização implica aumento de preços e má prestação dos serviços, acrescenta Ikarô.

Essas campanhas ajudam inclusive a mostrar para a população que os preços dos combustíveis podem ficar ainda mais caros com a privatização e quem sofre é o povo que tem quedas brutais no poder de compra, complementa Roni.

“O motor da inflação é o aumento dos combustíveis, e a população já entende isso graças ao processo de resistência feito pelos sindicatos mobilizados que mantêm seus trabalhadores unidos e informados por meio de campanhas como a de preço justo de combustível e gás de cozinha”, afirma o dirigente.

Segundo Ikaró Chaves, que é engenheiro elétrico da Eletrobras, outro ponto que deve ser levado em consideração no resultado da pesquisa é que a população já sente os efeitos no bolso e no atendimento - as altas tarifas e o serviço ruim começaram a partir do desmonte da Eletrobras -, diz.

“O resultado da pesquisa está intrinsicamente ligado à experiência das próprias pessoas. Tanto que nas regiões Norte e Nordeste onde as empresas de transmissão são privatizadas, o resultado é muito ruim, com apagões como no Amapá e contas altas. Ao sentir na pele os efeitos da privatização as pessoas passam a entender que o conceito de que tudo que é privado é bom, é uma farsa”, ressalta Ikaró.

Ele esclarece ainda que parte da Eletrobras já é privatizada desde a década de 1990, por isso a população do Norte e Nordeste e mais especificamente o estado de Goiás, no Centro-Oeste, se ressentem mais do que a população da Região Sul, onde há mais estatais de energia elétrica como no Paraná e Santa Catarina.

“A Eletrobras, apesar de continuar sendo estatal, tem uma parcela muito importante, que é a distribuição de energia privatizada. Mais de 60% dos consumidores já são atendidos por essas empresas e eles vêm sofrendo as consequências da privatização”, ressalta Ikaró Chaves.

A pequena margem de diferença entre os que são contra a privatização da Eletrobras e a Petrobras, de 56% a 54%, reforça o

entendimento do dirigente da Aesl, de que embora o brasileiro tenha uma relação mais emocional com a Petrobras, por tudo que ela representa ao país, é sentindo no próprio bolso que a rejeição aumenta e, por enquanto, o povo entende que a Petrobras como estatal é a responsável pelo aumento dos combustíveis.

É esta percepção de parte da população que a CUT e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) vem combatendo em suas campanhas, ressaltando que os ataques que Bolsonaro vem fazendo à Petrobras deixará o Brasil num caos, e que a responsabilidade por tudo isso é da Política de Preços Internacionais (PPI) criada por Michel Temer (MDB-SP) e mantida pelo atual governo.

“Bolsonaro poderia com uma canetada mudar toda a direção e o presidente da Petrobras. O governo tem a maioria das ações e poderia muito bem mudar a política de preços, mas não, sua gestão é baseada em fake News de sua militância virtual de extrema direita que quer entregar de vez o petróleo brasileiro a empresas internacionais”, afirma Roni Barbosa

“Se dependesse do governo, todas as refinarias da Petrobras teriam sido vendidas. De concreto só conseguiu a vender a Rlan da Bahia, e com isso os baianos já pagam muito mais caro pelos combustíveis. Para as restantes não consegue compradores, mesmo com benefícios aos investidores internacionais”, complementa.

A Petrobras teve lucro de R\$ 106 bilhões e distribuiu dividendos de R\$ 101,4 bilhões em 2021, o que significa a maior transferência de renda da história já vista no Brasil promovida pela gestão.

Manter a mobilização dos trabalhadores e esclarecer a população são fundamentais para enfrentarmos esse processo de entrega das estatais do país- Roni Barbosa

A pesquisa do PoderData

O apoio a manter a Petrobras estatizada é maior entre todas as faixas de renda pesquisadas. Entre quem tem renda familiar de 5 ou mais salários mínimos, chega a 49%. Entre os que ganham de 2 a 5 salários e os que ganham até dois mínimos, o índice empata em 55%.

Por regiões, o Centro-oeste e o Nordeste têm os maiores índices de rejeição à venda, empatados com 59%. O índice cai para 55% e 53% nas regiões Norte e Sudeste, respectivamente e no Sul é a menor aprovação a manter a Petrobras como estatal, com 43%.

Sobre a Eletrobras ser mantida como estatal, a pesquisa mostra que entre quem tem renda familiar de 5 ou mais salários mínimos, chega

a 49%. Entre os que ganham de 2 a 5 salários aumenta para 58% e os que ganham até dois mínimos, o índice cai para 57%.

Por regiões, o Norte e Nordeste têm os maiores índices de rejeição à venda, com 61% e 60% respectivamente. O índice cai para 57% no Sudeste, 55% no Centro-oeste e 43% Sul.

A pesquisa foi realizada pelo PoderData, empresa do grupo Poder360 Jornalismo, de 27 a 29 de março de 2022, por meio de ligações para celulares e telefones fixos. Foram 3.000 entrevistas em 275 municípios nas 27 unidades da Federação. A margem de erro é de 2 pontos percentuais. O intervalo de confiança de 95%. Registro no TSE: BR-06661/2022.

FONTE: Escrito por: Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz

CUT realizará seminário sobre negociações coletivas



A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai realizar no dia 13 de abril um seminário sobre “Negociação Coletiva: experiências e desafios” para compartilhar experiências diferenciadas do processo tradicional de negociações coletivas na base CUTista, bem como debater os desafios para sua ampliação e fortalecimento. A atividade será realizada na modalidade remota (não presencial).

No comunicado de divulgação enviado às entidades filiadas, ramos e regionais da central, a CUT ressalta que “a negociação coletiva, que é uma ação prioritária do movimento sindical em qualquer momento, ganha ainda maior relevância” devido ao ano eleitoral e à necessidade de mobilização.

A programação e o link de acesso serão encaminhados posteriormente.

Seminário “Negociação Coletiva: experiências e desafios”

13 de abril de 2022, das 9h às 13h30 (horário de Brasília)

Participação pelo aplicativo Zoom

FONTE: CONTRAF

Abono do PIS/PASEP de trabalhadores que esqueceram de sacar em 2019 está liberado



Os 320.423 trabalhadores e trabalhadoras que esqueceram de sacar R\$ 208,5 milhões referente o abono salarial do PIS/PASEP ano-base 2019 já podem solicitar a retirada do dinheiro no Ministério da Previdência e Trabalho (MPT).

Ao pedir a reemissão do benefício, o trabalhador terá até o dia 29 de dezembro de 2022 para sacar. Caso isso não pegue seu dinheiro, só poderá pedir a reemissão no calendário do próximo ano, segundo o ministério.

Confira como fazer o pedido do abono salarial do PIS/PASEP de 2019

O pedido de reemissão do benefício pode ser feito presencialmente, por telefone, por aplicativo ou por e-mail.

- O trabalhador pode ir em uma das unidades de atendimento do Ministério do Trabalho e Previdência e pedir a abertura de recurso administrativo para reenvio do valor à Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil (BB).

- Pode pedir a reemissão do benefício na central Alô Trabalhador, no telefone 158.

- Outra opção é mandar um e-mail para o endereço trabalho.uf@economia.gov.br para dar entrada no recurso administrativo de reemissão do benefício. Neste caso, as "uf" devem ser trocadas pela sigla do estado onde o trabalhador habita. Por exemplo, se o trabalhador é de São Paulo mandará e-mail para o endereço trabalho.sp@economia.gov.br.

- O pedido de reemissão do benefício pode ser, ainda, realizado pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital, disponível para os celulares dos sistemas Android e iOS. O ministério recomenda

ao trabalhador atualizar o aplicativo para que possa verificar se tem direito ao benefício, o valor do abono, a data de saque e o banco para recebimento. O Portal Gov.br, também fornecerá essas informações.

- Os trabalhadores da iniciativa privada, inscritos no Programa de Integração Social (PIS), que recebem na Caixa, também podem consultar a situação do benefício e a data de pagamento nos aplicativos Caixa Trabalhador e Caixa Tem.

- Já os servidores, inscritos no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) recebem por meio do BB, também podem fazer a consulta no link do Banco do Brasil. Há também a opção de ligar para a Central de Atendimento do BB (4004-0001, capitais e regiões metropolitanas, ou 0800 729 0001, interior).

Quem tem direito

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos, e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a apuração – nesse caso 2019 -, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Também é necessário que os dados tenham sido informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada no ano-base em questão.

Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R\$ 101, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio. Quem trabalhou 12 meses com carteira assinada receberá o salário mínimo cheio, que atualmente é de R\$ 1.212.

O benefício não é pago aos empregados domésticos. Isso porque o abono salarial exige vínculo empregatício com uma empresa, não com outra pessoa física. Jovens aprendizes também não têm direito.

FONTE: CUT

Governo prepara MP que flexibiliza cotas do programa Jovem Aprendiz

Eduardo Rodrigues



Antes mesmo de as sugestões de grupo de trabalho serem avaliadas pelo Conselho Nacional do Trabalho (CNT), o governo prepara medida provisória para flexibilizar o cumprimento das cotas do programa Jovem Aprendiz. O Estadão/Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) apurou que a minuta da MP - com uma espécie de “força-tarefa” para atingir as metas das cotas de aprendizagem - já foi concluída pelo Ministério do Trabalho e Previdência e aguarda aval do Planalto para publicação, talvez ainda esta semana.

Sancionada no fim de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Lei do Aprendiz determina que empresas consideradas de médio e grande porte devem reservar vagas para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, sem idade máxima para os aprendizes com deficiência. A cota de vagas varia de 5% a 15% do quadro de funcionários.

No começo de março, o Grupo de Trabalho da Aprendizagem Profissional (GT) publicou relatório propondo flexibilizações para o cumprimento da cota de aprendizagem, como considerar como base a média de empregados nos últimos 12 meses.

O grupo também propôs que as empresas de menor porte - desobrigadas de cumprir a cota - contratem aprendizes em nome de outras firmas que estejam com dificuldades em cumprir a regra. Outro ponto do relatório, criticado pelas centrais sindicais e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), mandava incluir na base de cálculo da cota de aprendizagem as ocupações que exigem formação de nível técnico e tecnológico. Para os críticos da proposta, a inclusão no programa de tecnólogos - de nível superior - acabaria elitizando o programa.

A MP gestada no ministério também deve

propor outras alternativas para cumprimento da cota que já foram atacadas pelas centrais sindicais. Entre elas, estaria o cômputo em dobro dos jovens considerados vulneráveis. Ou seja, cada jovem em situação de miséria contratado pelo programa contaria como dois aprendizes para se atingir a cota.

Além disso, jovens contratados em definitivo continuariam sendo contabilizados de maneira artificial como aprendizes por mais um ano, para efeito de cumprimento da cota.

Reação

A coordenadora nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do MPT, Ana Maria Villa Real, criticou as mudanças propostas pelo governo no programa e considerou preocupantes tanto o relatório final do grupo de trabalho quanto a proposta de MP que está prestes a ser publicada.

“Além da alteração do critério da priorização da idade pelo da escolarização, até o alinhamento da aprendizagem com o ensino tecnológico, que é de nível superior, foi proposto no GT. Que justiça social se pretende alcançar com essa proposta elitizante, em um período em que a vulnerabilidade socioeconômica das famílias aumentou imensamente em razão da pandemia”, argumenta a procuradora.

Como o Estadão mostrou em janeiro, a intenção original de flexibilizar a exigência da frequência escolar do programa levou a fortes reações das centrais sindicais e de entidades como o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), que alertaram para os riscos de a proposta acabar com o programa.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: TERRA

Consulta a saque de FGTS está liberada, mas 79% das contas têm só R\$ 175

Caixa libera a partir desta sexta consultas a saldos dos FGTS e dá início aos saques extras de até R\$ 1.000 no dia 20. Só que poucos terão tudo isso na conta. Veja se vale a pena, como consultar e como sacar



A partir desta sexta-feira (8) os trabalhadores e as trabalhadoras formais, com carteira assinada, poderão consultar se têm saldo em suas contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em caso positivo, poderão fazer um saque extra de até R\$ 1.000, a partir do dia 20 de abril, quando o dinheiro começa a ser liberado, de acordo com a data de nascimento. Veja calendário abaixo.

O representante da CUT no Conselho Curador do FGTS José Abelha Neto, alerta, no entanto, que apenas trabalhadores com salários altos e em empregos estáveis, conseguirão sacar quantias próximas a R\$ 1.000. Segundo ele, 79% das contas têm apenas R\$ 175 de saldo.

Seja um saldo de R\$ 1.000 ou menos, o saque extra não vai aliviar o endividamento das famílias brasileiras e só beneficiará quem tem bons empregos e, portanto, um saldo maior nas contas do FGTS, ressalta o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clovis Scherer, assessor da CUT Nacional no Conselho Curador do FGTS.

“Sacar o FGTS agora é como tirar da poupança para pagar as contas do dia a dia. Quem sai prejudicado é o trabalhador que, na hora do desemprego, em que mais precisará de uma reserva financeira ficará praticamente sem nada para sobreviver até arrumar um outro trabalho”, diz Clovis.

Com a economia capenga, inflação em disparada, desemprego atingindo 12 milhões de pessoas e sem proposta de desenvolvimento econômico e social, o governo de Jair Bolsonaro (PL), mais uma vez, libera recursos que pertencem aos trabalhadores para injetar dinheiro no mercado interno. A expectativa é de que 42 milhões de brasileiros saquem e injetem de R\$ 30 bilhões na economia.

Confira abaixo tudo sobre o saque extra do FGTS

Onde posso fazer a consulta?

O trabalhador pode fazer a consulta pelo app FGTS (disponível na Google Play e na App Store), em agências da Caixa Econômica Federal ou pelo site oficial da Caixa.

O que as agências ou apps vão informar?

- . se tem saldo
- . o valor a ser creditado
- . a data do crédito na conta poupança social digital.

Nas agências ou nos apps, os trabalhadores poderão, ainda, fazer alterações cadastrais para a criação da conta poupança digital.

O que acontece se trabalhador não quiser sacar?

O trabalhador que tem saldo e não deseja fazer o saque extra tem de informar nos apps ou na agência que não quer o dinheiro agora. Neste caso, o dinheiro vai continuar na conta

individual do FGTS do trabalhador.

Se o valor disponível for creditado automaticamente na conta poupança normal ou poupança social digital da Caixa, o trabalhador pode solicitar o retorno do valor creditado para a conta FGTS nas agências ou por meio dos apps.

O que trabalhador pode consultar no site?

Pode consultar se tem direito ao saque extra.

A data de crédito na Conta Poupança Social Digital.

Qual o valor do saque?

O valor máximo do saque é de até R\$ 1.000 por trabalhador, considerando a soma dos saldos disponíveis em suas contas do FGTS.

Quem tiver mais de R\$ 1.000 nas contas receberá apenas os R\$ 1.000.

Quem tiver menos de R\$ 1.000 receberá todo o valor que estiver no fundo.

Valores que estiverem bloqueados na conta do FGTS não poderão ser sacados porque são usados como garantia de empréstimos, como é o caso da modalidade, também criada por Bolsonaro para resolver problemas na economia, chamada de saque-aniversário.

Se o trabalhador tiver mais de uma conta do FGTS, o saque é feito na seguinte ordem:

- . primeiro, das contas relativas a empregos antigos, começando pela conta que tiver o menor saldo;

- . em seguida, as demais contas, iniciando pela que tiver menor saldo.

Por que o trabalhador tem mais de uma conta no FGTS?

Quando o trabalhador é demitido sem justa causa pode sacar o saldo do FGTS da empresa de onde está saindo a qualquer momento.

Já quem pediu demissão ou foi demitido por justa causa, só pode sacar depois de três anos sem emprego com carteira assinada. Se uma conta for ativada, ou seja, ele conseguir um emprego nesses três anos, ele não pode sacar e fica com duas contas, a do emprego que saiu (conta inativa) e a do que conseguiu depois (conta ativa).

E quando posso sacar se nunca sou demitido ou, se sou, consigo emprego formal rapidamente?

Nesses casos, o trabalhador pode sacar o FGTS quando se aposentar, comprar casa própria ou usar para amortização do saldo

de empréstimo habitacional. Pode também sacar em caso de doença grave em estágio terminal na família, calamidade pública como as enchentes que destruíam moradias, e por idade a partir de 70 anos.

Quando posso sacar esse dinheiro extra do FGTS?

Os valores começam a ser pagos em 20 de abril e variam de acordo com a data de nascimento do trabalhador.

O dinheiro será depositado no aplicativo Caixa Tem e os trabalhadores poderão movimentá-lo pelo próprio aplicativo, por meio do pagamento de boleto, transferências bancárias (inclusive Pix), pagamentos em maquininhas (com QR Code), transações com cartão virtual de débito e saque com token em terminais de autoatendimento e lotéricas.

Confira o calendário de pagamento do saque extra do FGTS

Mês de nascimento	Data do depósito
Janeiro	20 de abril
Fevereiro	30 de abril
Março	04 de maio
Abril	11 de maio
Maio	14 de maio
Junho	18 de maio
Julho	21 de maio
Agosto	25 de maio
Setembro	28 de maio
Outubro	01 de junho
Novembro	08 de junho
Dezembro	15 de junho

Quem tem direito ao FGTS?

- . Trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

- . Trabalhadores rurais

- . Trabalhadores intermitentes e temporários (trabalhadores urbanos contratados por uma empresa para prestar serviços por determinado período)

- . Trabalhadores avulsos (quem presta serviços a várias empresas, mas é contratado por um sindicato e, por isso, não tem vínculo empregatício, como estivadores)

- . Atletas profissionais (como os jogadores de futebol)

- . Empregados domésticos (de forma obrigatória desde 1º/10/2015)

- . Safreiros (operários rurais que trabalham apenas no período de colheita).

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil

INPC teve alta de 1,71% em março e acumula 11,73% nos últimos 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve alta de 1,71% em março, acima do resultado do mês anterior (1,00%). Essa é a maior variação para um mês de março desde 1994, quando o índice foi de 43,08%, no período que antecedeu a implementação do Real. Os números foram divulgados nesta sexta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O INPC acumula alta de 3,42% no ano e 11,73% nos últimos 12 meses, acima dos 10,80% observados no período anterior. Em março de 2021, a taxa foi de 0,86%.

Os produtos alimentícios passaram de 1,25% em fevereiro para 2,39% em março. Os não alimentícios também aceleraram e registraram 1,50%, frente à variação de 0,92% do mês anterior.

Segundo o IBGE, o INPC se refere às famílias com rendimento de um salário mínimo (R\$ 1.212) a cinco (R\$ 6.060), sendo o chefe assalariado, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e de Brasília. É também referência para as negociações coletivas entre trabalhadores e empresários.

IPCA tem maior alta desde a criação do Real há 28 anos

Puxada pelo item transportes, com aumentos dos preços dos combustíveis, e da alimentação e bebidas, por causa do tomate e da cenoura, entre outros, a inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), disparou neste mês de março de 2022.

O índice chegou a 1,62% e é o maior do mês desde a implantação da moeda do Real, há 28 anos, em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando o índice foi de 42,75%. No ano passado a variação mensal de março foi 0,93%.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Já sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), o IPCA, somente neste ano, acumula alta de 3,20% e, nos últimos 12 meses (março de 2021 a março de 2022), de 11,30%, acima dos 10,54% do mesmo período imediatamente anterior (março de 2020 a março de 2021) – aumento de 0,76%.

O que mais subiu de preço

O IPCA mostra que oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em março.

A maior variação (3,02%) e o maior impacto (0,65%) vieram dos Transportes, que aceleraram na comparação com o resultado de fevereiro (0,46%), principalmente, pela alta nos preços dos combustíveis (6,70%), em particular, o da gasolina (6,95%), preços do gás veicular (5,29%), do etanol (3,02%) e do óleo diesel (13,65%).

Na sequência, veio o grupo Alimentação e bebidas, com alta de 2,42% e 0,51% de impacto. Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 72% do IPCA de março.

A alta nesse grupo decorre, principalmente, dos preços dos alimentos para consumo no domicílio (3,09%). A maior contribuição (0,08%) veio do tomate, cujos preços subiram 27,22% em março. Além disso, foram registradas altas em diversos produtos, como a cenoura (31,47%), que acumula alta de 166,17% em 12 meses, o leite longa vida (9,34%), o óleo de soja (8,99%), as frutas (6,39%) e o pão francês (2,97%).

Na alimentação fora do domicílio a refeição, que havia ficado próxima da estabilidade em fevereiro (0,02%), registrou alta de 0,60% em março. Já o lanche teve alta de 0,76%, frente ao 0,85% observado no mês anterior.

Além deles, houve aceleração também nos grupos Vestuário (1,82%), Habitação (1,15%) e Saúde e cuidados pessoais (0,88%). O único com queda foi Comunicação, com -0,05%. Os demais ficaram entre o 0,15% de Educação e o 0,59% de Despesas pessoais.

Foto: Marcos Oliveira / Agência Senado

Fonte: CUT-RS com CUT Brasil

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF